



Caminhando entre currículos: formação para a diversidade de gênero e sexualidade na Licenciatura em Matemática da UESB

Luan Trindade de Brito¹
Gerson dos Santos Farias²

Historicamente, as instituições educacionais brasileiras, desde sua criação, não foram pensadas para a diversidade, e isso se perpetuou por anos. Agora, podemos observar um movimento no que concerne à mudança. Assim, este artigo caminha na busca por compreender como a diversidade de gênero e sexualidade é abordada no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da Licenciatura em Matemática da UESB, campus Vitória da Conquista, trilhando pelos PPC de 2010, 2024 e 2026. Carregamos como bagagem as discussões de gênero e sexualidade promovidas por pesquisadoras e pesquisadores da educação (matemática). O estudo perpassa a análise documental qualitativa dos termos "gênero", "sexualidade" e "diversidade". Os caminhos mostram resultados significativos: enquanto o PPC de 2010 não apresentava menções, os de 2024 e 2026 registram, respectivamente, 14 e 22 ocorrências para gênero, 8 e 10 para sexualidade e 9 e 18 para diversidade, impulsionadas, também, pelas reformas curriculares e seus espaços de disputa pelo currículo. Contudo, persistem contradições: os conteúdos permanecem restritos a disciplinas optativas, sem incorporação obrigatória nas ementas. Indo na contramão dos números, observamos um indicativo de estagnação entre 2024 e 2026. Por fim, vislumbramos que a formação inicial ainda não garante acesso sistemático a essas temáticas, tornando-as dependentes de iniciativas individuais, o que compromete a formação de professores de matemática para atuar com diversidade no ambiente escolar.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Formação de Professores; Educação Matemática; Currículo.

Ponto de Partida...

Resguardadas à elite, não havia espaço para mulheres, negros, indígenas ou para as classes menos favorecidas. As instituições educacionais brasileiras são, desde seu surgimento, fundamentalmente excludentes. Como destaca Souza (2019, p. 16), "[...] a educação no Brasil é fortemente marcada pelo binômio elitismo e exclusão [...]". Tendo sua origem com os jesuítas ainda no alvorecer do Brasil Colônia, essas instituições possuíam, inicialmente, um propósito e um público bastante distinto dos atuais. Foram utilizadas, primeiramente, para a conversão dos indígenas ao catolicismo, atuando como instrumentos de

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), luanb33@gmail.com.

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), gerson.farias@uesb.edu.br.



imposição cultural e contribuindo para o epistemicídio de suas culturas e línguas em detrimento das culturas europeias.

Como aponta Guacira Lopes Louro, em sua obra *Gênero, Sexualidade e Educação*, a escola no Brasil não foi concebida, inicialmente, para todos (Louro, 1997). Pelo contrário, “ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada” (Louro, 1997, p. 57). Esses novos grupos trouxeram transformações e reivindicações à instituição, impondo-lhe a necessidade de se diversificar. Conforme destaca a autora: “Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, ‘garantir’, e também produzir, as diferenças entre os sujeitos” (Louro, 1997, p. 57).

É nesse contexto de um currículo/escola historicamente excludente, produtora e reprodutora de desigualdades, que segrega classes, gêneros, raças e sexualidades não hegemônicas, que este trabalho se insere. Buscamos compreender como a diversidade de gênero e sexualidade é abordada no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus Vitória da Conquista, trilhando pelos PPC de 2010, 2024 e 2026.

Bagagem Teórica...

Para esta análise, apoiamo-nos em referenciais teóricos que discutem gênero e sexualidade, como Louro (1997), Moura e Moraes (2024) e Scott (1995), além de estudos voltados à análise curricular e às discussões sobre gênero e sexualidade no campo da Educação (Matemática). Ao traçarmos um panorama histórico dos estudos de gênero e sexualidade, observamos que tais conceitos estão intimamente ligados aos movimentos feministas. Conforme destaca Louro (1997), a partir dos desdobramentos da primeira onda do feminismo, marcada pelas reivindicações por igualdade de direitos, como o direito ao voto, surge, no final da década de 1960, a chamada segunda onda do feminismo.



Naquele momento, o movimento passa a assumir também um viés epistemológico, voltado para a construção teórica, por meio da produção de livros, revistas e artigos que buscavam preencher lacunas acadêmicas existentes nos estudos com e para mulheres. Assim, o movimento feminista passou a questionar e contrapor as visões hegemônicas presentes na produção do conhecimento. Nesse contexto de afirmação da mulher como intelectual e produtora de conhecimento, “será engendrado e problematizado o conceito de gênero” (Louro, 1997, p. 15).

Historicamente, concepções biológicas foram utilizadas para justificar desigualdades sociais entre homens e mulheres. Distinções sexuais referentes aos corpos, como útero, vagina, mamas, pênis e maior desenvolvimento muscular em homens, foram mobilizadas para legitimar a divisão social do trabalho. Às mulheres eram atribuídas atividades de cuidado, associadas simbolicamente ao seio que alimenta e ao ventre que gera. Aos homens cabia o trabalho produtivo e o sustento familiar, na condição de provedores e detentores da força física. Tais papéis sociais, representados desde a antiguidade e frequentemente reproduzidos em narrativas históricas, contribuíram para naturalizar a divisão sexual das funções sociais.

Foi a partir da necessidade de questionar esses argumentos biológicos, utilizados para justificar desigualdades sociais com base em distinções físicas e sexuais, que emergiu o conceito de gênero, conferindo às discussões um viés social e histórico. Nesse sentido, o gênero é compreendido como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Como sintetiza Louro (1997, p. 21), ao comentar Scott (1995), as teóricas feministas buscavam enfatizar, por meio da linguagem, “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”.



Dessa forma, o gênero pode ser compreendido como uma construção social que se manifesta nas formas pelas quais os indivíduos se percebem, se posicionam e vivenciam suas relações com o mundo e com os outros. Nesse processo, os papéis tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres são constantemente produzidos, negociados, moldados e também contestados. Em contraposição, o sexo refere-se predominantemente a aspectos biológicos, como cromossomos, genitálias e hormônios, popularmente definidos no momento do nascimento.

Dando continuidade a essa discussão, é possível perceber que há, frequentemente, uma confusão entre as definições de gênero e sexualidade, uma vez que ambas possuem origem epistemológica nos debates impulsionados pelo movimento feminista e se constituem no campo das relações sociais. De fato, ao observarmos os estudos de gênero, percebemos que eles frequentemente dialogam e se entrelaçam com questões relacionadas à sexualidade (Louro, 1997). Nesse sentido, compreendemos a sexualidade como uma construção sociocultural em constante transformação, como apontam Moura e Moraes (2024, p. 25):

A sexualidade, por sua vez, é uma construção sociocultural que sofre influências dos valores e das regras de uma determinada cultura, do tempo e do espaço em que vivemos. [...] Antes de tudo, é preciso compreender que a sexualidade não se restringe somente ao ato sexual, pois envolve sentimentos e nos motiva a exercitar contatos afetivos e relacionamentos interpessoais que podem estar ligados ou não ao ato sexual. Nesse sentido, a sexualidade é um processo que se inicia em nosso nascimento e perdura por toda a vida (Moura; Moraes, 2024, p. 25).

Dessa forma, compreendemos que tanto o gênero quanto a sexualidade se desenvolvem no campo social, uma vez que os desejos, identidades e expressões são construídos e direcionados a corpos que performam seus gêneros de diferentes maneiras ao longo da vida. Surge, então, o questionamento: de que forma esses arranjos sociais contemporâneos se manifestam nos espaços educacionais?



Conforme já apontava Louro (1997), a escola sempre foi um espaço de exclusão que produzia e reproduzia desigualdades sociais. Passados quase trinta anos que separam nossa escrita da obra dessa autora, essa premissa permanece inalterada. Mesmo com as discussões promovidas no meio acadêmico, as questões de gênero e sexualidade ainda não conseguem penetrar as paredes e muros de muitas instituições escolares, reflexo da barreira imposta por uma sociedade conservadora, que enxerga nesses diálogos uma ameaça de ruptura dos padrões vigentes de gênero e sexualidade, ou seja, a cisheteronormatividade.

No entanto, o fato de esses discursos não ocuparem os currículos oficiais, não significa que estejam ausentes das escolas. Muito pelo contrário, basta observar as paredes, as carteiras e os banheiros. Os estudantes vivenciam e expressam seus desejos das mais diversas formas. É justamente aí que reside o perigo de uma história única (Adichie, 2019): a falta de referências sobre identidades de gênero e sexualidades que fogem aos padrões sociais pode causar graves problemas na formação da identidade do indivíduo.

Como destacam Britzman e Silva (1996, p. 79): “[...] O que ocorre aqui é que estão sendo construídas identidades vulneráveis à vitimização sexual e está sendo produzido um discurso de proteção, no qual a ignorância circula como conhecimento.” Dessa maneira, os autores evidenciam como a escola continua reproduzindo as desigualdades sociais, impedindo que meninas e meninos tenham a oportunidade de conhecer e vivenciar seus próprios corpos, privando pessoas de seu devido reconhecimento e dificultando o acesso às suas identidades e desejos, o que acaba por reprimi-las e, isso, pode favorecer os processos de exclusão e violência.

Mesmo quando temas relacionados à sexualidade são abordados, seja nas aulas de Biologia, com ênfase na reprodução, seja na disciplina de Educação Sexual, a perspectiva adotada ainda é predominantemente conservadora. Parte-se do pressuposto de que todos os estudantes são cisgêneros e



heterossexuais, desconsiderando outras configurações afetivo-sexuais, como relacionamentos entre pessoas do mesmo gênero. Essa ausência de diálogo leva pessoas LGBTQIAPN+ a buscarem informações na *internet*, o que pode resultar em ainda mais desinformação. Nesse contexto, compartilhamos as perspectivas apresentadas por Ribeiro e Reis (2007, p. 3):

Hoje, todos têm claro que o entendimento biológico, apesar de importante, é insuficiente para a compreensão total do indivíduo. E, com isso, a leitura dos aspectos emocionais, socioculturais, históricos, entre outros, torna-se fundamental quando pensamos em trabalhar educação e sexualidade (Ribeiro; Reis, 2007, p. 3).

As discussões que envolvem gênero, sexualidade e educação sexual não podem ser restritas a um único campo do conhecimento, uma vez que esses temas são de natureza interdisciplinar. Eles abrangem dimensões biológicas, sociais, culturais, psicológicas, éticas e, por que não dizer, matemáticas. O campo das ciências ditas exatas é frequentemente visto como excludente e distante das discussões sociais, o que confere a essas disciplinas um viés elitista, ao definir quem seriam os aptos a exercê-las.

Como futuros professores de Matemática, nossa missão é desconstruir a percepção de que essa disciplina é isolada e mostrar que ela pode, de fato, ser integrada a uma ampla gama de áreas e temáticas. Em especial, para esta escrita, corroboramos com Souza e Fonseca (2009, p. 40) ao adotarem o “[...] conceito de gênero como ferramenta útil para o campo da Educação Matemática (na pesquisa e nas práticas pedagógicas)”, considerando sua fertilidade para analisar fenômenos e questionar posições e procedimentos. Isso possibilita o “[...] reconhecimento de que nossas práticas, pessoais e profissionais, são sempre produtoras de identidades de gênero” (Souza; Fonseca, 2009, p. 40).

Caminhos metodológicos...

É a partir das reflexões apresentadas que buscamos observar de que forma os conhecimentos e reflexões acerca dos estudos de gênero e sexualidade são mobilizados nos PPC vigentes da Licenciatura em Matemática da UESB, no



campus de Vitória da Conquista. Para isso, voltamos o olhar para as matrizes curriculares existentes, na expectativa de identificar se há disciplinas que trabalham ou direcionam a atenção para os temas propostos. Consideramos que tais conhecimentos, por serem transversais, atravessam constantemente as salas de aula e evidenciam sua importância para uma formação voltada à inclusão e diversidade nas licenciaturas.

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) possui campi nas cidades de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, todas localizadas no interior do estado, no território de identidade do sudoeste baiano. Estruturada como uma instituição comprometida com a sociedade, a UESB tem suas ações fundamentadas nas demandas sociais. Entre os 47 cursos de graduação, a Licenciatura em Matemática tem como objetivo central formar professores para atuar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Além disso, a Licenciatura em Matemática da UESB atua como polo de formação continuada para professores e como referência em novas abordagens educacionais na área.

Atualmente, o curso conta com três PPC em vigor: o de 2010, 2024 e 2026, cada um com sua respectiva matriz curricular. Este trabalho tem como foco observar os avanços curriculares no que se refere às discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade no ensino de matemática. Para isso, foi realizada uma análise qualitativa, na qual se examinou a frequência com que esses tópicos aparecem em cada documento, verificando se há alterações no número de ocorrências e suas possíveis causas. Também foram avaliadas as ementas das disciplinas relacionadas à inclusão e diversidade, buscando compreender se contemplam as dissidências de gênero e sexualidade.

Achados da Caminhada...

O quadro a seguir apresenta como os termos gênero, sexualidade e diversidade estão distribuídos nos documentos analisados.

Quadro 1: Menções de Gênero, Sexualidade e Diversidades nos PPC



	Números de páginas do documento	Números de Menções		
		Gênero	Sexualidade	Diversidade
PPC 2010	155	0	0	0
PPC 2024	223	14	8	9
PPC 2026	506	22	10	18

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

A análise do **PPC de 2010** revela que os termos “**Gênero**”, “**Sexualidade**” e “**Diversidade**” não são encontrados em nenhuma parte do documento, ao menos de forma explícita. A única menção a um tema que tangencia o campo da diversidade está na disciplina optativa "Educação Inclusiva", cuja ementa aborda a "educação especial" e o "educando portador de necessidades educativas especiais". No entanto, mesmo nesta disciplina, os termos específicos "gênero", "sexualidade" e "diversidade" não são citados na ementa ou na bibliografia listada.

No **PPC de 2024**, o termo "**Gênero**" aparece 14 vezes, embora duas dessas menções fujam ao escopo desta pesquisa por se referirem a "gênero alimentício" e "gênero acadêmico", restando 12 ocorrências significativas para análise. A primeira menção relevante encontra-se no tópico "BASE LEGAL", que descreve as normas que regulamentam a obrigatoriedade de inclusão de componentes curriculares no curso, especificamente na Resolução CNE/CP 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Em seu Artigo 13, Parágrafo 2º, a resolução estabelece que os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, políticas públicas, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras, evidenciando a base legal que sustenta a inclusão dessas temáticas na formação docente.

A segunda e terceira aparições do termo ocorrem no tópico "PERFIL DO EGRESSO", que registra as habilidades e competências a serem desenvolvidas ao longo da formação técnico-educacional dos licenciandos. Dois itens merecem destaque: o sétimo, que trata da capacidade de identificar questões e problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa e propositiva para



contribuir com a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero e sexuais; e o oitavo, que aborda a consciência da diversidade e o respeito às diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiosas, necessidades especiais e diversidade sexual.

Sete menções a gênero estão concentradas na disciplina optativa "Gênero, Sexualidade e Educação" e em sua respectiva ementa, que aborda corpo, gênero e sexualidade em seus aspectos históricos, sociológicos, filosóficos, culturais, identitários e heteronormativos, bem como seus desdobramentos para a educação, políticas curriculares e formação docente, além dos conceitos de gênero segundo diferentes escolas teóricas, parentesco, família, reprodução, educação para as sexualidades e produção de atividades pedagógicas. As duas últimas menções relevantes aparecem na repetição da Resolução CNE/CP 02/2015 no item "INTERDISCIPLINARIDADE" e na ementa da disciplina Sociologia da Educação.

Quanto ao termo "**Sexualidade**", esse aparece em oito menções, das quais sete estão nos mesmos contextos apresentados para gênero, sendo a única exclusiva na ementa da disciplina optativa "Temas Transversais no Ensino de Matemática", que estuda o conceito de transversalidade no ensino de Matemática envolvendo ética, saúde, sexualidade, meio ambiente e pluralidade cultural. Já o termo "**Diversidade**" é mencionado nove vezes, com cinco delas nos mesmos contextos de gênero, enquanto as demais aparecem na explicação da definição de "Dimensão Pedagógica", que trata da construção e articulação entre teoria e prática, apropriação de conceitos teóricos, epistemológicos, metodológicos, respeito e valorização da diversidade étnico-racial, além de constar nas ementas das disciplinas Educação Inclusiva, Filosofia da Educação e Currículos.

No **PPC de 2026**, observa-se um aumento significativo na presença desses termos. "**Gênero**" aparece 22 vezes, compreendendo todas as 14 menções



anteriores e distinguindo-se por uma citação adicional à disciplina optativa "Gênero, Sexualidade e Educação", cinco menções em um projeto de pesquisa de um docente cujo currículo Lattes está anexado ao PPC, mais uma menção em um evento acadêmico listado no mesmo currículo e uma referência na lista de materiais de consulta da biblioteca. **"Sexualidade"** é mencionado 10 vezes, incluindo todas as oito menções anteriores, com acréscimo de uma referência à disciplina de gênero e sexualidade e uma publicação no currículo do professor anexado ao PPC. Por fim, **"Diversidade"** aparece 18 vezes, das quais nove estão nos mesmos contextos anteriores, incluindo uma menção ao termo "diversidade de ações formativas", além de oito publicações no currículo do docente.

O Vislumbrar de Novos Horizontes...

A partir dos dados apresentados, é possível observar uma evolução significativa na presença dos termos pesquisados ao longo dos sucessivos PPC analisados, sendo a mudança mais expressiva na transição do documento de 2010 para o de 2024. Conforme evidenciado, os termos investigados sequer constavam no PPC de 2010, e a matriz curricular correspondente não contemplava qualquer disciplina cuja ementa oferecesse aproximações com as temáticas em questão. Nessas condições, a abordagem das questões de gênero e sexualidade em sala de aula ficava a critério dos professores responsáveis pelas disciplinas, geralmente da área de Educação Matemática, que poderiam ou não integrá-las a seus conteúdos. Na prática, porém, essa integração raramente ocorria, uma vez que tais temáticas eram frequentemente relegadas a segundo plano em detrimento dos demais assuntos previstos.

Podemos inferir, ainda, que as transformações observadas só se tornaram possíveis em virtude de determinações governamentais, como é o caso da Resolução CNE/CP nº 02/2015. Esse dispositivo evidencia uma preocupação com os mecanismos de inclusão no ambiente escolar ao exigir dos cursos de



licenciatura uma formação voltada à diversidade, seja ela de gênero, sexual, étnico-racial ou corporal.

Contudo, é possível identificar algumas contradições nos PPC de 2024 e 2026, especialmente no que tange ao perfil do egresso. Embora se exija dos futuros profissionais habilidades e competências para lidar com questões que envolvam gênero, sexualidade e diversidade, a análise das ementas das disciplinas obrigatórias revela que esses tópicos não são abordados de forma explícita. Quando aparecem, as referências à diversidade são tratadas de maneira tangencial, com ênfase quase exclusiva nos aspectos legais e nas obrigações docentes em sala de aula. Isso significa que, na prática, os licenciandos em Matemática podem concluir sua formação sem ter acesso efetivo a esses conteúdos e discussões, uma vez que as disciplinas optativas dependem do interesse dos estudantes, da disponibilidade e disposição dos professores em oferecê-las, e da oferta, majoritariamente em outros cursos que não o de Licenciatura em Matemática. Ademais, muitos estudantes podem sequer ter conhecimento da existência dessas disciplinas, já que tal acesso exige iniciativa de pesquisa e disponibilidade para participar.

Outro aspecto observado é a ausência de avanços significativos no que se refere às temáticas de gênero, sexualidade e diversidade na passagem do PPC de 2024 para o de 2026. Embora haja um aumento no número de menções a esses termos, tais ocorrências parecem decorrer mais de arranjos burocráticos presentes no corpo documental, a exemplo da vinculação aos currículos dos professores, do que de uma efetiva incorporação dos debates. Constata-se, assim, uma estagnação no movimento de avanço dos estudos sobre as temáticas propostas.

Por fim, ressaltamos que a exploração de temas sociais e contemporâneos na Educação Matemática e na formação inicial de licenciandos, como gênero, sexualidade e diversidade, propiciará aos futuros professores a compreensão de



como a Matemática pode se constituir como uma ferramenta poderosa para analisar e interpretar questões que afetam diretamente suas vidas, a de seus futuros alunos e a sociedade como um todo. Além disso, a discussão desses temas em âmbito educacional contribuirá para a formação de cidadãos mais conscientes, respeitosos, inclusivos, críticos e reflexivos, bem como para o desenvolvimento da empatia e do respeito às diferenças.

Referências

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BRITZMAN, D. P.; SILVA, T. T. da. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 21, n. 1 (jan./jun. 1996), p. 71-96, 1996.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

MOURA, J. F.; MORAES, J. C. P. Gêneros e sexualidades na escola. In: ESQUINCALHA, A. C. (Org.). **Estudos de gênero: o que matemática tem a ver com isso?** Brasília: SBEM, 2024. p. 21-31.

RIBEIRO, M.; REIS, W. Educação sexual: o trabalho com crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 18, n. 2, 2007.

SCOTT, J. W.; LOURO, G. L.; SILVA, T. T. da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

SOUZA, M. C. R. F. de; FONSECA, M. da C. F. Conceito de gênero e educação matemática. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 22, n. 32, p. 29-45, 2009. Disponível em: ([Link externo](#)). Acesso em: 01 mar. 2026.

DE SOUZA, E. A. M. História da educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino. **Cadernos da Pedagogia**, v. 12, n. 23, 2019.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Colegiado do Curso de Licenciatura em Matemática (CCMAT). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática da UESB – Campus de Vitória da Conquista – BA: Currículo 2024.1**. Vitória da Conquista - BA, out. 2023. Disponível em: ([Link externo](#)). Acesso em: 01 mar. 2026.